



Foi realizada, no dia 14 de janeiro, a reunião ordinária do Conselho Deliberativo da EPSJV, aberta a participação de todos os trabalhadores da Escola.

1 - Impactos do Decreto 8.540/2015 sobre as atividades da Fiocruz e suas unidades.

(Decreto 8.540/2015 - Medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços e na utilização de telefones celulares corporativos e outros dispositivos)

A Direção iniciou a reunião esclarecendo a todos sobre o Decreto 8.540/2015, publicado em outubro de 2015, que determina um corte de 20% em diversos contratos e atividades do serviço público federal, inclusive com demissões de trabalhadores terceirizados. Com o decreto, a Fiocruz foi impactada com a diminuição de recursos para alguns tipos de despesas.

Desde a publicação do decreto, a EPSJV está seguindo as orientações da norma e fez um relatório para a Presidência da Fiocruz com as adequações orçamentárias feitas pela unidade, de acordo com as determinações do decreto.

Em 2015, foi aprovado, inicialmente, um orçamento de R\$ 14,9 milhões para a EPSJV. Em seguida, houve um contingenciamento do governo federal e o valor foi reduzido para R\$ 14,1 milhões. Para 2016, o orçamento previsto é de R\$ 13,6 milhões.

Nos dias 27 e 28 de janeiro, será realizado um CD Fiocruz para debater como as unidades da Fundação estão encaminhando seus possíveis cortes orçamentários.

Geandro Pinheiro (CCI) sugeriu que o CD EPSJV definisse um posicionamento institucional crítico em relação aos cortes orçamentários, mostrando os impactos disso na saúde pública e propondo alternativas para minimizar essas consequências.

Claudio Gomes (Direção) informou que as demissões de terceirizados já começaram na Fiocruz e que cerca de 175 trabalhadores vinculados à Dirac foram demitidos.

Marcela Pronko (VDPDT) lembrou que o CD EPSJV precisa discutir como vai gerir o corte, mas também como se adequar a essa determinação em um momento de emergência sanitária no país, além de definir seu posicionamento sobre o corte orçamentário e o ajuste fiscal.

A avaliação da Direção da EPSJV é que as unidades da Fiocruz estão aceitando os cortes passivamente, mesmo em um momento de emergência sanitária no país,

no qual os cortes irão afetar as políticas de saúde pública. Enquanto isso, outras instituições federais, como as universidades, estão reagindo aos cortes.

No debate, foram apontadas algumas propostas para serem levadas pela EPSJV ao CD Fiocruz, como adiar os cortes orçamentários até que a situação política e orçamentária de 2016 esteja definida; não aplicar os cortes de maneira linear; divulgar um posicionamento político contra o ajuste e contra o corte no serviço público federal e, em especial, na saúde; discutir e negociar o Orçamento 2016 no conjunto da Fiocruz; debater os impactos dos cortes no atendimento à saúde; constituir um grupo de trabalho para discutir os TEDs multiunidades; discutir o avanço da contratualização com o Ministério da Saúde-Fiocruz; incorporação dos recursos dos TEDs que tem caráter de programas ao orçamento regular da Fiocruz; reversão, dentro dos limites legais, dos recursos de investimento para custeio; discutir como os recursos que são repassados para a Fiotec, incluindo a taxa de administração, podem servir para financiar ações necessárias à Fiocruz; e, se houver demissões, discutir a criação de um programa de recolocação dos trabalhadores.

Também foi sugerido que as diretrizes orçamentárias aprovadas no CD Fiocruz de dezembro de 2015 sejam revistas, a partir de apontamentos que as unidades estão fazendo após analisarem os impactos dos cortes orçamentários.

Após os debates, o CD EPSJV votou a proposta de que esses debates sobre os cortes orçamentários sejam conduzidos por uma comissão formada por integrantes do Conselho Deliberativo da Escola. A proposta foi aprovada com nove votos favoráveis e três abstenções.